



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: REFLEXÃO DO COOPERATIVISMO RURAL NO SUDESTE DO ESTADO DO TOCANTINS.

Beatriz Cilene Mafra Neves Bigeli - bcmafra34@gmail.com - Unitau
Drº. Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira - edsonaaqo@gmail.com - Unitau

Resumo: As discussões a respeito das transformações sociais nas últimas décadas, tangente à globalização da economia, a tecnologia e sua acessibilidade, têm refletido, diretamente, na vida social e consequentemente nas relações de trabalho, logo o aumento de regiões relegadas ao esquecimento, necessitando assim, entender o significado da abordagem territorial do desenvolvimento rural. Diante dessa discussão, trabalharemos sobre o cooperativismo na região sudeste do Estado do Tocantins, com enfoque nas Cooperativas Rurais. A metodologia adotada será o método dedutivo, embasado no estudo teórico e Bibliográfico. O intuito da pesquisa será identificar as políticas de desenvolvimento territorial no sudeste do Estado do Tocantins e identificar as potencialidades das cooperativas pertencentes ao território do sudeste do Estado do Tocantins, objetivando o progresso econômico social, desenvolvimento e sustentabilidade regional.

Palavras Chave: Desenvolvimento Regional, Território, Cooperativismo Rural.

1 – Introdução

As discussões a respeito das transformações sociais nas últimas décadas, tangente à globalização da economia, a tecnologia e sua acessibilidade, têm refletido, diretamente, na vida social e consequentemente nas relações de trabalho, logo o aumento de regiões relegadas ao esquecimento, necessitando assim, entender o significado da abordagem territorial do desenvolvimento rural.

Consequentemente as discussões a respeito de desenvolvimento rural têm se pautado por aspectos, diversos, onde uma enfoca os aspectos demográficos e econômicos e propõe uma análise que separa a dinâmica social do espaço rural dos processos econômicos e produtivos da agricultura. Nesta probabilidade ganha força o trabalho rural e especialmente no que diz respeito às atividades não agrícolas e o enfoque sobre pluriatividade.

Outra perspectiva foca a extensão mais sociológica, que valoriza os modos de vida e a cultura da população rural. Existe também um debate mais conceitual sobre ruralidade, indicando que esse é um conceito de natureza territorial e não setorial.

Diante dessa discussão, trabalharemos sobre o cooperativismo na região sudeste do Estado do Tocantins, com enfoque nas Cooperativas Rurais.

O Cooperativismo surge como mecanismo de luta contra a marginalização exclusão social, principalmente no meio rural, vez que possui em sua essência, valores que contribuem para o desenvolvimento da comunidade, diferentes de outras organizações.

De acordo com a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, no Brasil, a cultura da cooperação surge desde a época da colonização. Ao longo da evolução social e da propagação da doutrina Cooperativista houve expansão doutrinária e em 02 de



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

dezembro de 1969, foi criada a OCB– Organização das Cooperativas Brasileiras, surgindo legitimamente aquela que seria a defensora dos interesses do cooperativismo nacional.

No Estado do Tocantins, segundo dados da OCB/TO, o cooperativismo nasce com a criação do Estado em 1988, no entanto, antes já existiam cooperativas em funcionamento.

Na região Sudeste do Estado do Tocantins, atua em dois segmentos, sendo uma delas a produção da cachaça artesanal e a outra na produção de fruticultura.

A metodologia adotada será o método dedutivo, embasado no estudo teórico em livros genéricos e jurídicos, legislação, e materiais de apoio dos sistemas de aprendizagem de cooperativismo e sua representação social, tendo como recursos o material bibliográfico, documental e outros instrumentos ou técnicas de pesquisa em conformidade com a metodologia seguida, capaz de auxiliar a pesquisa.

Dentro desta sistemática, este trabalho buscará identificar as políticas de desenvolvimento territorial no sudeste do Estado do Tocantins e identificar as potencialidades das cooperativas pertencentes ao território do sudeste do Estado do Tocantins, objetivando o progresso econômico social, desenvolvimento e sustentabilidade regional.

2 - Fundamentação Teórica

O Desenvolvimento Regional acaba por se tornar um tema que provoca muitos debates, pois conforme a evolução social, a insatisfação e o inconformismo da nova sociedade, faz com que se agrupem para adestrar competências e habilidades, tendo como partes os governos locais, municipais, federais e estaduais para o processo de desenvolvimento, (Bastos, 2005).

Nesse sentido, Oliveira (2003) explana:

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformados para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer dentre outras (OLIVEIRA, 2003, p. 40).

O autor, ainda destaca:

Pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento. (Oliveira, 2003)

Outro fator importante em ser elencado seria em como desenvolvimento econômico leva em consideração o crescimento econômico, que pode ser calculado através do PIB, aliado à melhoria do padrão de vida da população. Segundo Clemente (2000), a diferenciação entre crescimento e desenvolvimento, pontua-se que crescimento



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

econômico relaciona-se com o aumento da produção e da renda, e o desenvolvimento relaciona-se com a elevação do nível de vida da população. Esse desenvolvimento também depende de cada característica social, sendo que em algumas pode ir de encontro à ideia do crescimento econômico.

Conforme explanação de Sachs (2008), o crescimento, mesmo sendo ele acelerado, não se configura como sinônimo de desenvolvimento e para ser considerado como tal deveria ampliar o emprego, atuar na redução da pobreza e atenuar as desigualdades.

Outro fator relevante seria o desenvolvimento econômico em atendimento ao crescimento econômico, que pode ser calculado através do PIB, aliado à melhoria do padrão de vida da população. Segundo Clemente (2000), com relação a diferenciação entre crescimento e desenvolvimento, pontua-se que crescimento econômico relaciona-se com o aumento da produção e da renda, e o desenvolvimento relaciona-se com a elevação do nível de vida da população. Esse desenvolvimento também depende de cada sociedade, sendo que em algumas pode ir de encontro à ideia do crescimento econômico.

Nesse sentido, vejamos algumas discussões acerca do assunto:

Sen (2000) também corrobora na perspectiva de que o desenvolvimento é um processo de ampliação das liberdades desfrutadas pelas pessoas, ficando claro o papel de protagonismo da sociedade no estabelecimento do desenvolvimento.

Furtado (2000), propõe que o desenvolvimento está fundamentado em um processo de invenção cultural e atribui ao homem um papel de agente transformador do mundo.

Perroux (1967) ressalta que o desenvolvimento de um país não acontece todo ou em todos os lugares e muito menos ao mesmo tempo. É necessário esforços para dinamizar esse crescimento nas regiões e impulsionar seu potencial econômico.

Com analogia ao desenvolvimento regional podemos destacar o pensamento de Myrdal (1965) que profere: “[...] o jogo das forças do mercado tende, em geral, a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais” e nessa lógica ressalta a influência que questões econômicas possuem sobre as diferenças regionais.

Nessa probabilidade destaca-se a importância da localização das atividades econômicas para o desenvolvimento de uma região ou de uma localidade a saber que, existe uma diferenciação entre região e local e nesse sentido Albagli (2004, p.49) salienta a região como sendo alguma parte entre o continental e o nacional ou entre o nacional e o local, explicando que o conceito de localidade é mais restrito e tem vínculo maior com a noção de lugar.

O território, considerado como espaço econômico socialmente construído que possui recursos e histórias construídas por quem nele habita com convenções de valores e regras e arranjos institucionais que expressa suas formas de sociais de organização da produção (LEMOS; SANTOS; CROCCO, 2005, p. 175), se desenvolve regionalmente de forma diferenciada.

Vázquez Barqueiro (2001, p.39) também conceitua território e para o autor território tem um papel de protagonismo no desenvolvimento da economia e da sociedade,

“o território é um agente de transformação e não mero suporte dos recursos e das atividades econômicas, uma vez que há interação entre as empresas e os demais atores, que se organizam



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

para desenvolver a economia e a sociedade” (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 39).

Vejam: Dallabrida (2016, p.23) acredita que “a noção da territorialidade contribui para a construção do sentimento de pertencimento a um determinado território, do que decorre sua identidade”.

A identidade territorial seria desenvolvida por traços e características de pessoas ligadas ao espaço geográfico, à cultura, às relações sociais e ao patrimônio ambiental territorial, tornando-se o elemento diferenciador de um determinado agrupamento populacional (DALLABRIDA, 2016).

Assim, ficaria o entendimento que território é resultante da relação da sociedade com o espaço, quando neste se incorpora a sociedade com suas relações econômicas e de produção. Para que se tenha um território é necessário que a sociedade ou grupos sociais se apropriem do espaço físico, ampliem e utilizem as inovações tecnológicas e que exista um sentimento de pertencimento ou a identificação da sociedade com o seu território. (SCHNEIDER, 2010).

Também com esse entendimento, Schmitt elenca que a compreensão de território indicava a associação entre a influência de espécies animais ou vegetais com uma determinada área física (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002).

Segundo Flores, posteriormente, o embasamento teórico de território foi incorporado pela geografia, que associa recursos naturais, espaço, poder e sociedade. A seguir, disciplinas como sociologia, antropologia, economia e ciência política passaram a absorver o debate sobre os conceitos de território (FLORES, 2006).

O território, como área de formulação de estratégias de desenvolvimento regional, é objeto de influência da cultura da sociedade, por meio de movimentos sociais, de entidades privadas e de organizações não-governamentais (BUARQUE, 2002).

Para Flores, esse procedimento depara-se com problemas relevantes como o enfrentamento entre políticas setoriais e políticas territoriais, estruturas centralizadas e descentralizadas de gestão e planejamento, confronto de culturas, ambiente local e externo (FLORES, 2006), entretanto, terão pressuposições sobre pontos importantes para uma perspectiva de sucesso de propostas de desenvolvimento territorial (CHELOTTI, 2010).

Haesbaert e Limonad (2007) associam a compreensão de território em três aspectos básicos fundamentais para o entendimento de modelos de instrumentalização das concepções e noções sobre essa determinação territorial:

A) Jurídico Político: onde o território é declarado como um espaço determinado e controlado, onde se exerce poder, geralmente considerado como poder político do Estado.

B) Cultural: privilegia a extensão simbólico-cultural incorpórea em que o território é considerado como o produto da adaptação ou valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço.

C) Econômico: ressalta a proporção espacial das relações econômicas, no impacto entre classes sociais e na associação capital-trabalho.

Albagli (2004) propõe a possibilidade em determinar modelos visando o fortalecimento das territorialidades nos seguintes modos modos: pelo estímulo dos vínculos de similaridade e colaboração, fundamentados na conveniência comum de



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

preservar, reconhecer e acumular o que um determinado território possui – seu patrimônio cultural, suas peculiaridades, suas técnicas produtivas, potencialidades econômicas e seus recursos ambientais.

Entretanto, a autora chama a atenção para a improvável construção dessas territorialidades apoiadas nas condições externas, sem estar fundamentadas nos recursos socioculturais do território; e assegura que o reconhecimento baseado em interesses externos, de particularidade instrumental, propõe angariar investimentos e, dessa forma, a territorialidade é valorizada apenas pelo interesse especulativo e comercial, causando a exploração da territorialidade como forma predatória e insustentável no longo prazo, propensa a destruição do meio ambiente e do capital social (ALBAGLI, 2004).

Nesse segmento, Paulillo (2000) explica que os recursos de poder, a institucionalidade, a convicção e a cooperação ou reciprocidade são as condições que definem a estrutura social e o método de desenvolvimento que se implementa ao desenvolvimento de territórios.

Diante desse contexto, vamos trazer a importância do cooperativismo como uma das modalidades para o fortalecimento territorial.

Segundo Schneider (2003),” as cooperativas são o reflexo do meio cultural, econômico e político de onde atuam, podendo assim, existir grandes diferenças entre uma cooperativa e outra.”

O mesmo autor, continua destacando: (...) cooperativas são organizações constituídas pela associação de pessoas que buscam melhores condições econômicas, sociais e culturais de vida e que, para poderem responder a estas expectativas, precisam trabalhar o lado empresa (instrumento) com eficiência e competitividade. (...) é a promoção social econômica e cultural de seus associados e não a mera acumulação do lucro, ou do excedente (SCHNEIDER, 2010, p.41).

Nesse sentido, Schneider ainda destaca que a cooperativa visa realizar o bem comum e a melhoria global e integral dos cooperados, satisfazendo as necessidades materiais e humanas básicas. São dois os objetivos da cooperativa: busca pela eficiência social e econômica (SCHNEIDER, 2010).

O Sistema OCB elenca o protagonismo do campo brasileiro na produção de alimentos e geração de emprego e renda no país. Segundo os dados disponíveis, no site da OCB, as cooperativas do ramo agropecuário, foram pilares para nacionalização e comercialização dos produtos agropecuários brasileiros, alavancando a produção, modernização do campo, investimentos e novas tecnologias, conquistando o mercado internacional, reafirmando assim, sua importância para economia no país.

Esse ramo é composto pelas “cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertencem ao cooperado” (<http://www.ocb.org.br/ramo-agropecuario>).

No Estado do Tocantins, segundo dados da OCB/TO, o cooperativismo nasce com a criação do Estado em 1988, no entanto, antes já existiam cooperativas em funcionamento. Destaca em sua página a identidade como os valores humanos são essência do cooperativismo. Os conceitos que dão identidade ao cooperativismo são:

Cooperar – unir-se a outras pessoas para conjuntamente enfrentar situações adversas, no sentido de transformá-las em oportunidade e bem-estar econômico e social.



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 17 a 19 de novembro de 2020

Cooperação – método de ação pelo qual indivíduos ou familiares com interesses comuns constituem um empreendimento. Os direitos são todos iguais e o resultado alcançado é repartido somente entre os integrantes, na proporção da participação de cada um.

Sócios – indivíduo, profissional, produtor de qualquer categoria ou atividade econômica que se associa a uma cooperativa para exercer atividade econômica ou adquirir bens de consumo e/ou duráveis. (<http://www.tocantinscooperativo.coop.br/cooperativismo/#identidadecooperativismo.Acesso> em 28/022018).

No Estado do Tocantins, nove cooperativas estão devidamente registradas no OCB/TO, conforme descritas abaixo:

Quadro 1:

COOPERATIVAS:	Cidades:
COOPERLAGO – Cooperativa dos Produtores de Arroz da Lagoa	Lagoa da Confusão
COAPA – Cooperativa Agroindustrial do Tocantins	Pedro Afonso
COOPAG – Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Guaraí	Guaraí
COOPERCATO – Cooperativa dos Produtores de Cachaça de Alambique do Sudeste do Tocantins	Taguatinga
COOPROMA – Cooperativa de Produtores Rurais do Projeto Manuel Alves Ltda	Dianópolis
COOPERTINS – Cooperativa dos Produtores Rurais do Tocantins	Palmas
FRÍSIA – Cooperativa Agroindustrial	Unidade em Paraíso
VALLECOOP - Cooperativa de Produtores do Vale do Araguaia	Araguaína
COOPERFRIGU – Cooperativa dos Produtores de Carne e Derivados de Gurupi	Gurupi

Fonte: Secoop/To; disponível em <http://www.tocantinscooperativo.coop.br/cooperativismo/#identidade-cooperativismo>

Fica demonstrado, que as cooperativas agrícola e/ou rural, estão distribuídas em todos os cinco territórios do Estado do Tocantins. O cooperativismo tocantinense objetiva contribuir com o desenvolvimento humano bem como o desenvolvimento local pressuposto a um processo de transformação política, econômica, cultural e social



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

centrado na valorização do ser humano, sendo esse o principal beneficiário do desenvolvimento.

3 - Metodologia

Para tanto se utiliza como recurso metodológico a pesquisa exploratória quanto aos seus objetivos, com uma abordagem qualitativa, com a busca pela compreensão do referencial teórico para associação e conclusão sobre a questão central da pesquisa. A coleta de dados se deu pela pesquisa bibliográfica e documental, com a análise de conteúdo dos dados secundários levantados em trabalhos científicos, documentos oficiais locais, fotos históricas e jornais. O método do estudo foi o dedutivo como uma análise exploratória, enfoque qualitativa, de análise bibliográfica e documental, com a busca pela compreensão do referencial teórico objetivando conclusão sobre as principais questões da pesquisa.

4 - Resultados

No Sudeste do Estado do Tocantins, o Cooperativismo atua em diversos ramos, sendo a de maior destaque, a produção da cachaça artesanal.

A Cooperativa dos Produtores de Cachaça de Alambique do Sudeste do Tocantins é uma instituição que foi, em sua origem, constituída por trinta e dois produtores pertencentes a onze municípios: Arraias, Novo Alegre, Combinado, Aurora do Tocantins, Taguatinga, Novo Jardim, Dianópolis, Almas, Natividade, Santa Rosa do Tocantins e Conceição do Tocantins. (<http://www.tocantinscooperativo.coop.br/coopercato-cooperativa-dos-produtores-de-cachaca-de-alambique-do-sudeste-do-tocantins-ltda/>. Acesso em 28/02/2020).

Os produtores que integraram esse arranjo produtivo da cachaça de alambique, decidiram pela profissionalização e otimização do processo de produção e comercialização, organizando-se no sistema de cadeia produtiva que possui seu ponto de convergência na Unidade Integradora da Cooperativa, na cidade de Taguatinga.

A atividade de produção de cachaça no sudeste tocantinense não é recente, encontrando-se raízes históricas na expansão da atividade mineratória de Minas Gerais. Na cidade de Natividade, ainda são encontrados vestígios culturais desse movimento, através de visita a seus pontos históricos, bem como em suas festividades religiosas.

O agronegócio da cachaça de alambique tem encontrado muitas oportunidades de se consolidar como fonte de modernização e integração da atividade agrícola, agregação de valor aos produtos agropecuários e melhoria nos níveis e emprego e renda no campo, atendendo a um mercado potencialmente demandante de cachaça tocantinense.

Com intuito de identidade representativa dessa categoria de produtores habilitadas a fazer parte da cooperativa, demonstraremos alguma imagens representativas:



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 17 a 19 de novembro de 2020



Fonte: <https://gazetadocerrado.com.br/no-sudeste-do-estado-produtores-de-cachaca-formam-cooperativa/>. Acesso em 28/10/2020.



Fonte: <https://portal.to.gov.br/noticia/2017/10/11/produtores-de-cachaca-artesanal-da-regiao-dos-azuiscomemoram-primeiro-grande-lote-de-vendas/>. Acesso em 28/10/2020.

O Sudeste do Tocantins, possui como representação cooperativa, figuras que também remetem ao meio rural. A COOPERCATO é formada, atualmente, por 28 (vinte e oito) produtores de cana-de-açúcar dos municípios localizados no sudeste tocantinense. Sua principal produção foi a cachaça Dama dos Azuis, que vem cada vez mais auferindo o mercado regional, no entanto, durante a 18ª edição da Feira Agrotecnológica do Tocantins (Agrotins), cujo tema Agroindústria Sustentável, os agricultores familiares cooperados já estão apresentando e expondo tanto sua cachaça quanto iniciando o chope artesanais com intuito de fortalecer o ramo de bebidas no Estado (Revista Conexão do Tocantins).

Segundo o Projeto da criação da COOPERCATO, bem como em conversa informal, de alguns dos membros associados, a identidade desses membros são a agricultura familiar e, de modo muito interessante, a vinculação à cooperativa ocorre entre os membros das famílias dos cooperados, esposas, irmãos, pais, filhos, etc. Ou seja, a inserção na cooperativa ocorre de modo voluntário, desde que o interessado tenha habilidade no manejo da produção da cachaça artesanal.



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020



Fonte: Seagro.to.gov.br/noticia/2019/10/3/secretaria-e-produtores-elaboram-projeto-de-agroindustria-para-processamento-de-frutas-no-projeto-manuel-alves/. Acesso 29/10/2020.

A COOPROMA – Cooperativa de Produtores Rurais do Projeto Manuel Alves, projeto de fruticultura irrigada, localizada também, no sudeste tocantinense, nos municípios de Dianópolis e Porto Alegre, destina-se principalmente à exploração da agricultura irrigada (fruticultura tropical), possuindo 47(quarenta e sete) lotes ocupados, segundo a Seagro(Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura do Tocantins), produzindo e empregando, beneficiando toda região do sudeste tocantinense.

Nesse sentido, verifica-se que a região do sudeste tocantinense está sendo beneficiada com a existência das duas cooperativas, no entanto, observa-se, que as mesmas ainda estão em fase de estruturação, poucas divulgações a respeito de seu desenvolvimento. Quando buscamos informações a respeito do território das Serras Gerais, encontramos um vasto território turístico e muitas propagandas a respeito de sua potencialidade, nesse sentido, fica a torcida para que as políticas públicas enxerguem e prestigiem também a agricultura familiar da região, proporcionando ao homem do campo mais dignidade pela iniciativa privada, cidadania, mercado de trabalho, distribuição de renda, que entre outros, são pilares do desenvolvimento social e sustentável dessa região.

5 - Conclusão

O presente trabalho possui como desígnio responder sobre as políticas de desenvolvimento territorial no sudeste do Estado do Tocantins e identificar as potencialidades das cooperativas pertencentes ao território do sudeste do Estado do Tocantins, objetivando o progresso econômico social, desenvolvimento e sustentabilidade regional

Assim, conforme a pesquisa, observou-se a importância do estudo sobre territorialidade e políticas territoriais com a finalidade do desenvolvimento social da região do sudeste tocantinense. Existem diversos segmentos de incentivos aos territórios de cidadania, segundo dados apresentados pelo Portal da Secretaria da Fazenda e de Planejamento do Estado do Tocantins. No entanto, não foi possível identificar como esses repasses eram feitos e nem como eram distribuídos aos municípios, o que prejudicou bastante no resultado do trabalho.

No entanto, mesmo com pouquíssimos dados disponíveis, fica demonstrado a importância do cooperativismo tocantinense para o desenvolvimento humano bem



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

como o desenvolvimento local pressuposto a um processo de transformação política, econômica, cultural e social centrado na valorização do ser humano, sendo esse o principal beneficiário do desenvolvimento.

Dessa forma, este trabalho harmonizaria uma contribuição teórica para os atores sociais que atuam diretamente nas cooperativas regionais ou que estão ligados a elas de alguma forma. Auxiliaria também aqueles que desejam estudar o cooperativismo na região sudeste tocantinense.

6- Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos meus Professores orientadores, pela paciência e carinho, na elaboração da presente pesquisa.

Aos meus familiares, pela força e apoio, no período de estudo e pesquisa.

À Universidade Taubaté, pela excelência de ensino.

A todos Professores do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional, pois contribuíram diretamente na formação da pesquisa.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada!

7- Referências

ALBAGLI, S. Território e Territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Orgs.). Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M.L., “Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local”, *Ciência da Informação*, v.33, n.3, set.-dez., 2004.

BATALHA, Mário Otávio *Gestão agroindustrial: GEPAI – Grupo de estudos e pesquisa agroindustriais*, 3. Ed. – 9. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2006

BECKER, D.; WITTMANN, M. (orgs). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EUNISC, 2003.

BECKER, D.; WITTMANN, M. (orgs). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EUNISC, 2003.

BELLINGIERI, J.C. Teorias do Desenvolvimento Regional e Local: Uma Revisão Bibliográfica. *Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XIX*, v. 2, n. 37, p. 6- 34, 2017 - Salvador, BA.

BORGES, Antonio Moura. *Comentários ao Estatuto da Terra e Legislação Adesiva-1ª Edição*, CL EDIJUR –Leme/SP – Edição 2007



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

BORGES, Antonio Moura. Curso Completo de Direito Agrário 2ª Edição, CL EDIJUR –Leme/SP – Edição 2007

BOURDIEU, P. O capital Social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, Afrânio (Orgs.). Escritos da Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRAÚNA, A. A. O papel do cooperativismo no desenvolvimento do estado do Tocantins. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Estratégia Nacional e Desenvolvimento. Revista de Economia Política, vol. 26, nº 2 (102), p. 203-230 abril-junho/2006.

BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CANÇADO, Airton Cardoso e José Roberto Pereira. Gestão Social das Cooperativas, Appris, 1ª edição, 2018.

CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J.; VIEIRA, E. T. Economia Solidária: Alternativas para o Desenvolvimento em São José do Barreiro/SP. Desenvolvimento Regional em Debate. v. 5, n. 2, p. 188-206, 2015

CHAYANOV, Alexander. A teoria das cooperativas camponesas. Editora UFRGS,

DALLABRIDA, V. R. A Dimensão Intangível do Desenvolvimento: Algumas Reflexões Preliminares. (Orgs.) BAQUERO, M.; CREMONESE, D. Capital Social: Teoria e Prática. Juí: UNIJUÍ, 2006.

DRUCKER, Peter F. Inovação e Espírito Empreendedor – Prática e Princípios; tradução: Carlos Malferrari – São Paulo: Cengage Learning, 2015.

FABRIS, A. J. Cooperativas da agricultura familiar: o caso das cooperativas do território médio alto Uruguai e sua contribuição para o desenvolvimento regional. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Santa Cruz: UNISC, 2012.

FLORES, M. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte. Territorios com identidad cultural. Rimisp 20o. Aniversário, 2006.

FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural. 3 ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 2000.

GONÇALVES, H. A. Manual de metodologia da pesquisa científica. 2º ed. São Paulo: Aurecamp, 2014.

JOCHEM, L., RONKOSKI, J. e JOCHEN, V. Cooperativismo: uma abordagem histórica-filosófica. Hortolândia: Foco, 2010.



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

HISRICH, Robert D. Empreendedorismo/Robert D. Hisrich, Michael P. Peters, Dean A. Shepherd, tradução: Francisco Araújo da Costa. – 9 ed. – Porto alegre; AMGH, 2014.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5 ed. São Paulo : Atlas 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAUSCHNER, Roque. O pensamento cooperativo. Compêndio unimed. P 35

LOPES, Brenner Pequenas empresas: empreendedorismo e gestão volume 1/– Belo Horizonte (MG: Poisson, 2017)

MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

NAMORADO, R. Cooperativismo - um horizonte possível. Coimbra: FEULC,2005.

_____.Cooperativismo - história e horizontes. Coimbra: FEULC, 2007

OLIVEIRA, G. B. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. Curitiba: FAE, v. 6, n. 2, p. 29-37. mai-dez./2003.

PERROUX, F. A Economia do Século XX. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1967. 755 p.

PERROUX, François. O conceito de polos de crescimento. p. p. 99 – 110. In: FAISSOL, S. Urbanização e Regionalização: relações com o desenvolvimento econômico. IBGE, 1975.

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

REIS, E. (1996). Estatística descritiva. Lisboa: Edições Sílabo.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SACHS, I. DAS COISAS E DOS HOMENS: TEORIA DO DESENVOLVIMENTO A ESPERA DE SUA REVOLUÇÃO COPERNICANA. JORNAL DA CIÊNCIA - JC E-MAIL, SÃO PAULO, N. 1836, 23 JUL. 2001. NOTÍCIAS DE C&T - SERVIÇO DA SBPC.

SACHS, I. Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Geramond, 2008. 151 p.

SANTOS, A. dos; GOUVEIA, F. H. C.; VIEIRA, P. dos S. Contabilidade das sociedades cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas. São Paulo: Editora Atlas, 2008.



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

SCHNEIDER, E. P. Cooperativismo de crédito: Organização Sistêmica: Ênfase no Sistema SICREDI. Dissertação (Mestrado profissional em Economia). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, J. O. Democracia, participação e autonomia cooperativa. 2ª ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SCHNEIDER, J. E. e LOUREIRO, M. R. Garcia. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo: Cortes, 1981.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade*, 2002, 5.10: 1-8.

SILVA, Leda Maria Messias da. Princípios do Cooperativismo

SEN, Amartya K. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. Revisão Técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya Kumar. Desigualdade Reexaminada. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 297p.

SINGER, Paul. “Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP”. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. Contexto, São Paulo, 2000, p. 123-134.

SINGER, P.; MACHADO, J. Economia socialista. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000a. SINGER, Paul. Um novo conceito de socialismo. Folha de São Paulo. São Paulo, 06 de novembro de 2001.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Perseu Abramo. 2002. 127p.

Sistema da Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em:
<<http://www.ocb.org.br/>>.

STEFANELLO, A. S.; MILAGRES, C. S. F.; PETARLY, R. R. O Perfil dos cooperados produtores de leite nas cooperativas agropecuárias tocantinenses. *Coleção Tocantins Cooperativo*. Palmas, Vol. II, pagina 27-50, 2015.

STRACHULSKI, J. O desenvolvimento econômico local: da perspectiva econômica a perspectiva sociocultural. *Caderno de Geografia*. Belo Horizonte: PUC-MG, v.27, n.49, p. 304-319, 2017.

VALE, Horácio Eduardo Gomes. Princípio da função social da empresa. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 5034, 13.abr.2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/56478>>.



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

VÁZQUEZ BARQUERO, A. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001. 278 p.

VITTE, C. C. S. Experiências de políticas de desenvolvimento econômico local nos municípios da Região Metropolitana de Campinas (SP) e os impactos no território. Scripta Nova – Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales, v. 11, n. 245, s/p, 2007.

ZORDAN, Marcos Antonio– Cooperativismo: idéias e posições. Cooperativismo Primeiras Lições, 3ª edição, Brasília 2017